



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

## DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE ITEM

Processo Licitatório N° 064/2024

Pregão Eletrônico N° 030/2024

**OBJETO: Aquisição de materiais de Expediente, sob demanda, da Prefeitura de Saldanha Marinho- RS.**

O Pregoeiro municipal, vem a presença de vossas senhorias, tendo em vista os autos do Processo Licitatório e conforme razões a seguir expostas, esclarecer o que segue:

CONSIDERANDO o memorando encaminhado pela secretaria municipal de Educação, o qual cita um equívoco quanto à informação da descrição dos itens:

|    |   |    |   |            |
|----|---|----|---|------------|
| 77 | 1 | UN | QUADRO BRANCO 100X70                          | R\$ 91,00  |
| 78 | 5 | UN | QUADRO BRANCO MOLDURA DE ALUMINIO 0,90 X1,20M | R\$ 108,22 |

CONSIDERANDO que a descrição correta do item é divergente da apresentada para o presente certame.

CONSIDERANDO que o descritivo do item compromete a formulação das propostas, conforme cita o art. 55 da Lei n° 14.133/21:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

*§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.*

CONSIDERANDO que, diante da ocorrência de fatos supervenientes, não sendo conveniente e oportuno para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação.

CONSIDERANDO a doutrina de Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9ª Edição. São Paulo. 2002, p. 438), tecendo o seguinte comentário sobre revogação:

*“A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (...) Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente”. (Grifo nosso)*

CONSIDERANDO que autotutela é o poder que a Administração Pública goza para anular ou revogar seus atos administrativos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à conveniência e oportunidade administrativa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo segundo do art. 71 da Lei nº 14.133/21, que assim disciplina:

*§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.*

CONSIDERANDO que o fundamento ensejador da revogação pauta-se em razões de interesse público decorrentes de fato superveniente;

CONSIDERANDO o teor a Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal – STF acerca da possibilidade de revogação dos atos administrativos, nos seguintes termos:

*Súmula 473 - A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

CONSIDERANDO que “a revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. E que “Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.” E ainda que “O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.” (RMS 23.402/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 02/04/2008);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

CONSIDERANDO que pelo entendimento da doutrina “*A revogação, situando-se no âmbito dos poderes administrativos, é conduta lícita da Administração. Sendo assim, o vencedor da licitação tem expectativa na celebração do contrato, mas não é titular de direito subjetivo, como chegamos a ver. Por essa razão é que, revogada a licitação por motivos válidos, aferidos por critérios administrativos efetivos, não é devida qualquer indenização aos licitantes, nem particularmente ao vencedor.*” (FILHO, José dos Santos Carvalho Manuel de Direito Administrativo. 24ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011, p. 275);

CONSIDERANDO as razões de interesse público acima alinhadas, provenientes de fatos supervenientes, devidamente demonstradas e justificadas neste Despacho, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, assentadas em motivos de conveniência e oportunidade, que demonstram a impossibilidade de prosseguimento do certame sem que isso acarrete prejuízos à satisfação do interesse público e a estrita observância aos princípios da Administração Pública.

RESOLVE:

Diante do acima exposto, ficam **REVOGADOS OS ITENS 77 E 78** do Processo Licitatório supracitado, diante da justificativa da conveniência administrativa e das razões de interesse público que servem como fundamento da presente decisão.

Ainda, considerando o disposto no art.165 da Lei nº 14.133/21:

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*d) anulação ou revogação da licitação;*

O prazo para o envio das propostas vai até o dia **27/11/2024** às 09:00h.

Fica concedido o prazo de recurso até o dia 25/11/2024 às 00:00h os quais, se for o caso, devem ser encaminhados para o e-mail: [licitacao@saldanhamarinho.rs.gov.br](mailto:licitacao@saldanhamarinho.rs.gov.br).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Prefeitura Municipal de Saldanha Marinho

Saldanha Marinho, 22 de novembro de 2024.

  
Rafael Reinaldo Barasuol

Pregoeiro